

Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

Aida Rechená

Diretora do MNRL- Fortaleza de Peniche

Texto publicado in: AAVV. (2024). Conferência Internacional “50 Anos do 25 de abril – Democracia, Paz e Liberdade. Fascismo Nunca Mais”. URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

O Museu Nacional Resistência e Liberdade está instalado na antiga cadeia do Forte de Peniche, antiga prisão política, símbolo maior da repressão salazarista e, em simultâneo, um dos expoentes da resistência pela liberdade.

Aberto parcialmente em 2019, foi inaugurado no dia 27 de abril de 2024, data em que se assinalaram os 50 anos da libertação dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche.

Daremos foco neste texto à criação do MNRL por pressão e reivindicação popular, sendo, provavelmente, um caso único no panorama museológico nacional e apresentaremos a organização do museu e a estratégia de atuação do Museu nesta fase inicial.

A reivindicação popular na génese do Museu

A criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche tem por base a reivindicação popular surgida logo no dia 25 de abril de 1974. Entre a população que se concentrava à porta da Fortaleza aguardando a libertação dos presos políticos, podia ler-se uma faixa que dizia: “Peniche exige Forte para visitar e não para ficar”.

Esta expressão escrita da vontade popular em apropriar-se do antigo espaço carcerário e da Fortaleza aparece como o primeiro momento de apropriação do património cultural edificado e da preservação das memórias que o mesmo encerra.

Em 28 de fevereiro de 1976, uma manifestação da população de Peniche à porta da fortaleza, reivindicava a criação do Museu do Fascismo, de que dá conta a ata nº 10 da Câmara Municipal de Peniche, de 3 de março de 1976, onde são enunciados os princípios orientadores decididos pela população para a utilização do Forte e a criação do Museu:

“1º - Não mais voltar a ser prisão; 2º - Franquear as suas portas a todos os que o desejem; 3º - Ser transformado no **Museu do Fascismo** que evoque aos vindouros quanto foi lá difícil viver e lutar num regime político que tudo violou e proibiu; 4º - Ser aproveitado como **infraestrutura de apoio ao Turismo**, entendido como suporte dos tempos de lazer do Povo trabalhador português; 5º - Proibir qualquer adulteração das suas características histórias.”

O Museu do Fascismo não chegou a ser implementado, mas duas sementes foram lançadas com dois princípios orientadores: por um lado a associação da fortaleza/cadeia a uma utilização museológica e, por outro, a associação do local a uma infraestrutura de turismo. Estas duas possibilidades revelar-se-iam incompatíveis no futuro e originárias de disputas e conflitos.

Em 1976, o Decreto-lei nº 709- B/76, de 4 de outubro de 1976, estipula a criação do Museu da República e da Resistência, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, com sede em Lisboa e instalações na Fortaleza. Esta decisão recebe o apoio do Município de Peniche que se regozija e mostra disponível para alocar “os seus meios à disposição para a concretização desta ideia que, tão feliz e oportunamente, concretizou uma ambição do concelho”. (CMP: Livro n.º 36. Ata n.º 39, alínea i. 1976: 179). Continuava, pois, de pé a decisão de instalar um museu na Fortaleza de Peniche com grande apoio da Câmara Municipal.

Ainda na ata n.º 39 da Câmara Municipal de Peniche, datada 6 de outubro de 1976, lê-se: “... o Senhor Ministro Jorge Campinos, presente na manifestação ontem realizada junto ao Forte, [informa] de que em breve prazo seria nomeada a Comissão instaladora do Museu”. Por fim, ainda no ano de 1976, está mencionada na ata n.º 45, de 17 de novembro de 1976, a aquisição de mobiliário para o Museu.

As atas n.º 39 e n.º 45 permitem-nos concluir que a população de Peniche continuava a manifestar-se em prol da criação de um museu na fortaleza de Peniche,

estando assim, ativamente envolvida no processo, com apoio da Câmara e envolvimento do Governo dada a presença de Jorge Campinos, à época ministro sem pasta do I Governo Constitucional.

Em junho e julho de 1977 surge de novo a possibilidade de ser construída uma unidade hoteleira na cadeia do Forte de Peniche, possibilidade essa documentada nas atas nº 23 e nº 26 do Município, onde se acautela que o público em geral e a população de Peniche, devem continuar a ter-lhe acesso, bem como reiterada a ideia de salvaguardar um espaço para a instalação de um Museu da Resistência. (Alves, Ângela. 2023: 29).

Mas apesar destas tentativas sucessivas, em setembro de 1977, o projeto de musealização da fortaleza é adiado e aqui é instalado um Centro de Acolhimento de Refugiados, gerido pela Cruz Vermelha Portuguesa. Funcionando até 31 de dezembro de 1982, cerca de 600 pessoas, maioritariamente vindas de Moçambique, residiram nas instalações dos antigos Blocos prisionais que lhe serviram de casa.

Em 1982 a Câmara Municipal assume a gestão e ocupação da Fortaleza e instala aqui o Museu Municipal com um núcleo dedicado à Resistência que foi uma referência para várias gerações de portugueses, ao preservar a memória da resistência ao fascismo, cumprindo-se de uma forma exemplar, mas parcial, o papel de um museu da resistência ao fascismo.

Durante décadas o núcleo museológico do Museu Municipal dedicado à Resistência assegurou a função de preservação da memória e a preservação do espaço que, de outra forma ter-se-ia degradado sem solução.

No final dos anos 1990, o Município de Peniche assina um Protocolo de Acordo com a Direção-Geral do Património Cultural e a ENATUR (Empresa Nacional de Turismo S.A.), para ser construída uma unidade hoteleira nos antigos pavilhões prisionais. Este acordo expressa mais uma vez a indefinição relativamente ao destino a atribuir à fortaleza /cadeia: unidade hoteleira ou museu?

Em 2005 um facto ocorrido em Lisboa é determinante para reavivar a reivindicação popular relativamente à criação do museu na fortaleza de Peniche. Em fevereiro surge a notícia na imprensa e nas televisões “Sede da PIDE transformada em condomínio de luxo”. Nesta data uma placa assinalava os mortos pela PIDE no dia 25 de abril de 1974. Escreve-se no jornal Público de 6 de fevereiro de 2005:

“Por enquanto, numa das entradas do edifício da PIDE permanece ainda uma placa, que ali foi colocada a 25 de abril de 1980, por um grupo de cidadãos, na qual se dá conta das quatro pessoas que foram mortas pela polícia do antigo regime no dia da revolução.

"Aqui, na tarde de 25 de Abril de 1974, a PIDE abriu fogo sobre o povo e matou: Fernando C. Gesteira, José J. Barneto, Fernando Barreiro dos Reis e José Guilherme Arruda.”

É no decorrer destes acontecimentos relacionados com a destruição da sede da PIDE em Lisboa que surge a associação NAM – Não Apaguem a Memória, iniciativa de cidadãos em protesto contra a transformação daquele imóvel em condomínio de luxo com a consequente destruição das memórias da repressão. Na petição apresentada pela NAM à Assembleia da República está igualmente explícita a necessidade de valorização e apoio ao núcleo da resistência no Museu Municipal de Peniche. (Ângela Alves, 2023:31).

Perante o destino dado à sede da PIDE com a destruição de todas as (más) memórias associadas ao edifício, e o receio de que uma decisão semelhante fosse tomada relativamente à fortaleza de Peniche, conduziu ao surgimento de outros movimentos sociais de opinião e reivindicação que emergem por iniciativa espontânea de antigos presos políticos, dos seus amigos e familiares e de diversas individualidades simpatizantes com a causa.

Refira-se o protocolo assinado em 2007 entre a Câmara Municipal de Peniche e a URAP -União dos Resistentes Antifascistas Portugueses - com o objetivo de preservar a memória da resistência antifascista na fortaleza de Peniche. Este protocolo incluía duas grandes ações: 1ª - Erguer um memorial com os nomes dos presos políticos que passaram pela fortaleza de Peniche; 2ª - transformar aquele espaço num Museu da Resistência Antifascista (João Neves, 2024).

Esse receio viu-se comprovado com a integração pelo Governo, a 28 de setembro de 2016, da fortaleza de Peniche, na lista do Programa Revive que incluía diversos monumentos históricos a concessionar a privados. Esta decisão para a instalação de uma unidade hoteleira nos antigos pavilhões prisionais da Cadeia de Peniche, que conduziria inevitavelmente à sua alteração e ao consequente apagamento das memórias do local,

provocou o surgimento de várias ações de pressão social, para a criação de espaços de memória nos locais associados à repressão e à resistência ao regime fascista.

Destacamos o movimento “Forte de Peniche – Defesa da memória, resistência e luta” criado pela URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, que entregou uma petição à Assembleia da República, no dia 6 de janeiro de 2017 e realizou um “Encontro Convívio de Ex-Políticos, Familiares e Amigos” na fortaleza de Peniche, em 29 de outubro de 2016, com o objetivo de “mostrar o choque e também a indignação perante o anúncio do governo de pretender concessionar a privados o Forte de Peniche”. (URAP. 2019: 23/35).

Também o universo museológico português se uniu a esta causa tendo o MINOM-Portugal (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) emitido uma declaração a opor-se à construção da unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche.

A 10 de novembro de 2016, a fortaleza de Peniche é retirada da lista de monumentos históricos do programa REVIVE, pela polémica suscitada, levando a Assembleia da República a defender a sua requalificação, preservação e adaptação a museu e o Conselho de Ministros, reunido na Fortaleza de Peniche a 27 de abril de 2017, a propor a criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade para a preservação da memória de um dos mais simbólicos lugares da luta pela liberdade em Portugal.

Finalmente a 6 de maio de 2017, o XXI Governo Constitucional, com o apoio dos partidos políticos da Assembleia da República, aprova a criação do 15º museu nacional português “enquanto espaço-memória e símbolo da luta pela democracia e pela liberdade”, como consta da Resolução nº 73/2017, de 5 de junho, publicada em Diário da República nº 108/2017, Série I., 2017.

Consideramos que estas sucessivas vagas de movimentações e reivindicações a favor da criação do museu e da preservação da memória da resistência, nos dão o suporte para afirmar que o MNRL é provavelmente o único museu nacional em Portugal nascido por reivindicação popular.

Para os antigos presos políticos e suas famílias a criação do Museu era uma necessidade sentida desde a Revolução de Abril de 1974 para preservar a memória do espaço e das pessoas que aqui estiveram encarceradas, lembrar e perpetuar o nome

daqueles e daquelas que resistiram, denunciar a violência do regime e alertar para a necessidade constante de lutar pela liberdade.

O Museu Nacional Resistência e Liberdade

O Museu Nacional Resistência e Liberdade é um museu da resistência ao fascismo, que desenvolve a sua atividade a partir da recolha dos testemunhos e experiências daqueles e daquelas que lutaram pela liberdade e democracia em Portugal, durante a ditadura que vigorou entre 1926 e 1974.

Posicionando-se como um museu de memória e um museu dos direitos humanos, pretende ser uma fonte de conhecimento, de investigação, reflexão plural, valorização, defesa e promoção de valores universais como a liberdade e a igualdade.

Por outro lado, o museu assume também a história da fortaleza de Peniche como uma vertente patrimonial a valorizar, considerando-a como essencial para o entendimento da evolução e da vida de Peniche e dos seus habitantes.

Desde 27 de abril de 2024, o Museu Nacional Resistência e Liberdade, apresenta para visita pública, espaços emblemáticos da fortaleza e da antiga cadeia política:

- Destacamos o Memorial aos presos políticos, uma peça escultórica com os nomes inscritos dos antigos presos. As palavras de António Borges Coelho, poeta, historiador e antigo preso político, encimam o memorial: “Nomeai um a um todos os nomes. Lutaram e resistiram. A liberdade guarda a sua memória nas muralhas desta fortaleza”;

- O Parlatório era local onde os antigos presos recebiam as visitas das famílias e onde as emoções ainda se fazem sentir intensamente. É um espaço onde as memórias mais recônditas são ativadas no contacto com as grades e os vidros que impediam o toque entre presos e as visitas;

- A Capela de Santa Bárbara constituída por nave única, com capela-mor pouco profunda, com púlpito e retábulo-mor setecentistas é um elemento importante na estrutura da fortaleza;

- O Fortim Redondo é a estrutura defensiva que marca a génese da construção da fortaleza; durante o tempo da cadeia política era o local das celas de castigo. É

também o sítio donde se evadiu o preso político António Dias Lourenço, em 17 de dezembro de 1954, numa audaciosa fuga pelo mar;

- As Casamatas, que são uma imponente e enigmática construção da fortaleza, ficam localizadas entre os panos da muralha; durante o funcionamento da cadeia serviram de celas de castigo;

- O pátio da Cisterna é um elemento da antiga fortaleza, que serviu de pátio de recreio aos presos políticos;

- O grande destaque da visita vai obviamente para os antigos pavilhões prisionais. A Cadeia do Forte de Peniche era constituída por três pavilhões, denominados de A, B e C, com celas individuais e celas coletivas. Os presos de cada pavilhão e de cada piso não podiam encontrar-se com os presos de outros pavilhões e pisos no momento do recreio. É nestes pavilhões que está instalada a exposição de longa duração do Museu e os serviços técnicos;

- Por fim, mencionamos o Novo Segredo ou Cella de Castigo, situado no pavilhão D, sendo o único local da cadeia onde foram encontradas inscrições parietais legíveis.

No dia 27 de abril de 2024 foi inaugurada a exposição de longa duração intitulada “Resistência e Liberdade”. Esta exposição assinala a inauguração do Museu, após uma intensa e longa campanha de obras de reabilitação e instalação de infraestruturas, para dotar o espaço com as condições necessárias à instalação e funcionamento de um museu valorizador das memórias da resistência ao regime ditatorial português.

Sendo a antiga Cadeia do Forte de Peniche um símbolo maior da luta pela liberdade, levada a cabo pelo povo português ao longo dos 48 anos de ditadura fascista, tornava-se imperioso que esta primeira exposição fosse representativa, por um lado, da luta desenvolvida e da repressão sofrida pelos presos políticos aqui encarcerados e pelas suas famílias e, por outro, que fosse uma homenagem aos múltiplos movimentos de resistência ao regime que, na sua diversidade, constituem efetivamente uma Resistência dotada de objetivos, métodos, organização e recursos, com a finalidade de fazer cair o regime repressivo.

Recorrendo a uma museografia apelativa e a conteúdos simbólicos com grande poder de representação e veiculação de mensagens e sensações, a exposição assume um carácter pedagógico, de preservação da memória e da história a transmitir às

gerações mais jovens e às futuras, para que a ideia de uma liberdade conquistada diariamente seja assumida como um desígnio contínuo.

A exposição está organizada em vários núcleos temáticos: o regime fascista, o sistema policial e repressivo, o campo de concentração do Tarrafal, o colonialismo e a guerra colonial, a resistência – uma luta em todas as frentes e o 25 de abril e 1.º de maio de 1974.

Um dos pisos do pavilhão C apresenta ao público o quotidiano prisional em Peniche e as fugas, quer da cadeia de Peniche (como a fuga coletiva de 3 de janeiro de 1960), quer de outras cadeias (como a fuga coletiva de Caxias de 4 de dezembro de 1961).

Estratégia do Museu

Com a primeira direção do Museu, nomeada na sequência de procedimento concursal internacional a 1 de agosto de 2021, definiram-se linhas estratégicas de ação para o triénio 2021-2024.

A primeira linha estratégica reveste-se de um carácter de urgência e diz respeito à recolha de memórias. Foi definida uma metodologia de resgate das memórias da repressão e da resistência, baseada na recolha, registo e valorização de testemunhos de antigos presos políticos e familiares de presos e de qualquer cidadão ou cidadã que tenha uma história pessoal relacionada com a resistência ao fascismo, as condições de vida durante o regime repressivo e a liberdade alcançada no dia 25 de Abril de 1974.

A segunda linha estratégica refere-se à criação do Centro de Documentação e Memória (CDM), que reúne as competências de centro de documentação, centro de investigação, centro editorial e centro de memória. O CDM recolhe, arquiva e preserva acervo documental e bibliográfico, disponibiliza os acervos museológicos digitalizados, promove pesquisa científica, constrói um banco de memórias.

A terceira linha consiste na cartografia nacional de espaços de memória. Trata-se do mapeamento de ruas, casas, espaços públicos e privados, onde ocorreram ações de resistência ao regime, locais onde se prestou solidariedade aos presos e famílias, mas também os locais associados à repressão e tortura, como os antigos postos da PIDE e prisões.

Uma quarta linha estratégica diz respeito à associação do museu a redes de museus dedicados à temática da resistência. Nesse sentido, está em curso a criação de uma rede colaborativa que congrega museus, centros de interpretação, núcleos museológicos e projetos associados à resistência ao fascismo português.

Na vertente internacional, o Museu pretende associar-se a redes internacionais de museus da memória e da resistência como a Coligação de Internacional de Sítios de Consciência. E, por fim, pretende criar-se uma rede com os museus da resistência existentes nos antigos territórios colonizados de Angola, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Moçambique, existindo já um protocolo de colaboração com o Museu do Campo de Concentração do Tarrafal.

Estas linhas de atuação estratégica são acompanhadas por um projeto de educação para a cidadania e educação patrimonial que se pretende intergeracional, numa relação de transferência e partilha de vivências entre pessoas de faixas etárias distintas.

Conclusão

Terminamos este texto lembrando que a participação de todos e todas as resistentes ao regime, independentemente de terem sido presos políticos ou não, é fundamental para o museu registar e recolher o maior número possível de dados para preservação futura.

O Museu Nacional Resistência e Liberdade tem adotado uma metodologia participativa, quer no processo de recolha, quer no de inventário e produção de conteúdos expositivos, valorizando dessa forma a expressão da vontade popular que lhe está na génese.

Peniche, 30 de junho de 2024.

Bibliografia

MNRL. (2024). *50 Anos da Libertação dos Presos políticos em Portugal.1974-2024*. Lisboa: MMP.

MNRL. (2019). *Por Teu Livre Pensamento*. Roteiro da Exposição. Peniche: DGPC.

Rechena, A. Albino T. (2023). Museu Nacional Resistência e Liberdade: Musealizar a memória. Uma temática propiciadora de colaborações e parcerias. In: *Revista de Museus*. 4. *Museus, participação e colaboração*. PP. 62- 85. Lisboa: DGPC.

Rechena, A. Alves, A. Carmona, R. Albino, T. (2022). Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche. Reivindicação, criação e processo. In: Ferreira, M.L.; Marchi, D., & Castro, J. B. (2022). *Memórias em tempos difíceis*. PP: 136-155. Porto Alegre: Editora Casalettras.

União de Resistentes Antifascistas Portugueses. (2019). *Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta* (5.a ed.). Lisboa: Papelmunde.